

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.767 - PE (2018/0225875-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : VINICIUS GUIMARAES DE LEMOS  
**ADVOGADO** : LEONARDO LINS E SILVA - PE038206  
**AGRAVADO** : JENER SALES CADENA  
**ADVOGADOS** : GANGES BARTHOLOMEU DORNELLAS CÂMARA E  
OUTRO(S) - PE016342  
ROBERTO DE AZEVEDO MOREIRA NETO - PE018785

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO MONITÓRIA. SUPOSTA OFENSA AO ART. 98 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE INOVAÇÃO RECURSAL E SUGERIDA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por VINICIUS GUIMARÃES DE LEMOS em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim resumido:

*EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. DEPÓSITO BANCÁRIO COMO INDÍCIO DE PROVA ESCRITA. VALIDADE. ART. 700, I, II E III, DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. PROVA QUANTO À EXISTÊNCIA DE CAUSA EXTINTIVA, MODIFICATIVA OU IMPEDITIVA DO DIREITO DO CREDOR. ÔNUS DO RÉU. ART. 373, II, DO NCPC.*

*1. A tese do apelante em seus embargos à ação monitória foi a de que jamais teria realizado qualquer negócio com o apelado, versão essa completamente distinta da defendida em seu recurso de apelação, onde passa a defender que teria sido o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*seu genitor a pessoa que contraiu o contrato de mútuo;*

*2. Muito embora provado que foi o apelante a pessoa que contraiu o contrato de mútuo junto ao apelado, revela-se evidente o seu grau de desprezo e indiferença em compor o litígio, já que em nenhum momento sinalizou ter interesse em efetuar o pagamento da obrigação, preferindo em seu apelo atribuir a responsabilidade ao seu genitor, mesmo sabendo que é vedada a inovação recursal;*

*3. Restando demonstrado o fato constitutivo do direito do autor incumbe ao réu, exclusivamente, fazer prova de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, como dispõe o art. 373, II, do NCPC, ônus do qual não se desincumbiu o apelante em seus embargos à monitória, tampouco em grau recursal;*

*4. O procedimento monitório foi instruído com depósito bancário que demonstraram a existência da dívida, restando preenchido o requisito da prova escrita de que trata o art. 700, I, II e III, do Novo Código de Ritos;*

*4. Recurso improvido (e-STJ fl. 184).*

Nas razões do especial, o recorrente apontou ofensa ao art. 98 do Código de Processo Civil, pois caberia ao magistrado investigar acerca da real insuficiência de recursos do recorrido. Sustentou que, pela própria natureza da ação, em que o autor alega ter emprestado R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), seria possível deduzir que esse possui condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios. Além disso, chamou atenção para o fato de que o recorrido encontra-se representado por advogado particular, o que reforçaria sua tese. Pugnou pelo afastamento do benefício da justiça gratuita.

Argumentou, ainda, que houve violação dos arts. 342, I, e 702, § 1º, do mesmo diploma legal, porque na audiência de instrução o recorrido teria aduzido que fizera um empréstimo ao pai do recorrente, o que reiterara em suas alegações finais.

Assim, teria sido o autor quem inovara, não o recorrente. Por conseguinte, requereu o reconhecimento da inexistência de inovação recursal e o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 209/214 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 230/234), vieram os autos

# Superior Tribunal de Justiça

conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 237/241 (e-STJ).

Sem impugnação (e-STJ fl. 244).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à tese desenvolvida pelo recorrente em torno do art. 98 do Código de Processo Civil, segundo a qual caberia ao magistrado perquirir sobre a real situação do recorrido a fim de aferir sua hipossuficiência, porquanto os elementos informativos dos autos evidenciariam a possibilidade desse de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, constata-se que a Corte de origem não emitiu juízo de valor acerca do tema, e não foram opostos embargos de declaração buscando o seu enfrentamento, o que configura falta de prequestionamento a atrair a incidência, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

Quanto à alegada inexistência de inovação recursal e à suposta ilegitimidade passiva *ad causam*, o Tribunal *a quo* assim se pronunciou:

*No pertinente a alegada ilegitimidade passiva do apelante para a ação, entendo por sua rejeição.*

*Compulsando os autos, constato que por meio da promessa de compra de fls. 11/12, o apelante adquiriu a propriedade do imóvel nela descrito, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).*

*Os autos também revelam que para a aquisição do bem o apelante possuía 50% (cinquenta por cento) do valor, ou seja, R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), tendo o apelado pago o restante da quantia, ou seja, R\$ 89.527,00 (oitenta e nove mil*

# *Superior Tribunal de Justiça*

quinhentos e vinte e sete reais), mediante depósito bancário diretamente na conta da co-proprietária do imóvel, conforme se verifica às fls. 13.

**A versão do apelante de que não possui legitimidade passiva para integrar a ação, já que foi o seu genitor e não ele o tomador do empréstimo junto ao apelado, não encontra sustentação no enredo fático, tampouco nas provas.**

É preciso enfatizar que o apelado possuía grau estreito de amizade não só com o apelante, como também com o seu genitor, o que afasta a tese de que aquele desconhecia o alegado contrato de mútuo.

**Tanto isso é verdade que o apelante asseverou em seus embargos à monitória que o apelado o acompanhou ao banco para a realização do pagamento, muito embora negando que existiu entre eles o alegado contrato de mútuo.**

Aliás, a tese do apelante em seus embargos à ação monitória foi a de que jamais teria realizado qualquer negócio com o apelado, versão essa completamente distinta da defendida em seu recurso de apelação, onde passa a defender que teria sido o seu genitor a pessoa que contraiu o contrato de mútuo.

Ora, se foi o seu genitor a pessoa que contraiu o contrato de mútuo junto ao apelado porque o apelante não se valeu da denúncia à lide no momento em que teve a oportunidade de esclarecer os fatos ao juízo?

**Além de restar indiscutivelmente demonstrado que foi o apelante a pessoa que contraiu a obrigação junto ao apelado, revela-se evidente o seu grau de indiferença em compor o litígio, já que em nenhum momento demonstrou ter interesse em resolver a controvérsia, preferindo em seu apelo atribuir a responsabilidade ao seu genitor, mesmo sabendo que é vedada a inovação recursal**

Nesse sentido: "PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA.

ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É vedada a inovação recursal, seja em agravo regimental, seja em embargos de declaração, ante a preclusão consumativa. Precedentes: AgRg no AREsp 247.288/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/5/2013; AgRg no AREsp 304.572/AL, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/5/2013.

2. Ao recurso manifestamente improcedente aplica-se a multa do art.

# *Superior Tribunal de Justiça*

*1.021, § 4º, do CPC/2015. Precedentes.*

*3. Hipótese em que o recurso especial deixou de apontar qualquer argumento relacionado à matéria somente suscitada nas razões de agravo interno em agravo em recurso especial.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento, com imposição de multa de 5% do valor atualizado da causa.*

*(AgInt no AREsp 1059498/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 14/06/2017)*

*No mérito, melhor sorte não o assiste.*

*Com efeito, o art. 700, do Novo Código de Ritos, preconiza: "A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor: I -o pagamento de quantia em dinheiro; II -a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; III -o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer."*

*"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO MONITÓRIA. FATURA DO SERVIÇO PRESTADO. INSTRUMENTO DE PROTESTO DA DUPLICATA MERCANTIL POR INDICAÇÃO. DOCUMENTOS HÁBEIS A INSTRUIR A MONITORIA. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz, o pagamento de quantia em dinheiro ou a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel (art. 700, I e II, do CPC). [...]. APELO PROVIDO. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. (Apelação Cível Nº 70068481449, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 14/04/2016)" (grifei)*

*Ademais, diversamente do que entende o apelante, o comprovante de depósito bancário é prova escrita e apta ao manejo da ação monitória, nos termos do art. 700, do Novo Código de Ritos.*

*A propósito: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. REQUISITOS. DEPOSITO BANCÁRIO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. No caso em comento, requisitos do art. 1.102-a, do CPC, mostram-se presentes, uma vez que os emails juntados aos autos demonstram a origem da dívida, e o comprovante de depósito atesta que houve, de fato, a transferência de valores à*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ré. Sentença desconstituída, para que tenha prosseguimento a ação monitória.*

*APELO PROVIDO. (Apelação Cível N° 70045815743, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Victor Luiz Barcellos Lima, Julgado em 23/04/2013)" (grifei)*

**Com efeito, restando demonstrado o fato constitutivo do direito do autor incumbe ao réu, exclusivamente, fazer prova de fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, como dispõe o art. 373, II, do NCPC, ônus do qual não se desincumbiu o apelante em seus embargos à monitória.**

*A propósito: "AÇÃO MONITORIA. ÔNUS DA PROVA. O documento apresentado pelo credor caracteriza início de prova escrita quanto à existência do negócio subjacente, cabendo ao devedor, através dos embargos, opor-se, fundamentadamente, à cobrança. Na hipótese, em desatenção ao art. 373, II do NCPC, a apelante não se desincumbiu do ônus de provar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo autor da monitória. Apelo desprovido. Unânime. (Apelação Cível N° 70072214570, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dilso Domingos Pereira, Julgado em 31/01/2017)" (grifei) (e-STJ fls. 181/183 - grifos nossos).*

Como se verifica, a Corte local, soberana na análise dos fatos e provas constantes do processo, assinalou que a tese segundo a qual o genitor teria sido o tomador do empréstimo configura inovação recursal e reconheceu a legitimidade do recorrente para figurar no polo passivo da demanda.

Desse modo, para afastar as premissas firmadas pelo Tribunal de Justiça e para aferir as alegações da parte, seria indispensável revolver o conteúdo fático-probatório do feito, procedimento vedado em sede especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados na sentença em desfavor do ora recorrente em 10% (doze por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fl.

# *Superior Tribunal de Justiça*

143) para 12% (doze por cento) sobre a mesma base de cálculo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator

